



ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE de HORTOLÂNDIA adverte a todos os licitantes, que não está hesitando penalizar empresas que descumpram o pactuado.

Solicitamos que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que poderão entregar os objetos da forma como foi pedido no edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

Vale lembrar também que os pedidos de realinhamento de preço são exceções à regra, destinados sempre a situações excepcionalíssimas e somente serão deferidos, se em total consonância com a lei.

Ratificamos, portanto, que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a administração pública como para as empresas licitantes.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

EDITAL DE PREGÃO Nº 105/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7003/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

SESSÃO PÚBLICA: 27/08/2019 às 13h30min, na Sala de Licitações, localizada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia-SP.

O MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA, através de sua Pregoeira, **Simone Cristina Antoniel**, nomeada nos termos da **Portaria nº 2215/2018**, usando das atribuições que lhe são conferidas, torna público, nos termos da Lei Municipal nº 1.887/07, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para a **“aquisição de equipamentos médicos hospitalares para unidades de saúde do município, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo”**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1.423, de 09 de Setembro de 2.005, com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2.002 e, subsidiariamente, com base nas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas complementares de direito privado e disposições deste instrumento.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto deste Pregão Presencial para **“aquisição de equipamentos médicos hospitalares para unidades de saúde do município, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo”**, que passa a fazer parte integrante do presente edital, como se aqui transcrito fosse.

1.2. Para a aquisição do objeto ora licitado haverá um contrato ou instrumento equivalente, que será firmado entre o Município de Hortolândia - Prefeitura Municipal de Hortolândia, e a licitante classificada em primeiro lugar.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:



2.1.1. tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado; e,

2.1.2. atendam a todas as exigências deste edital.

2.1.3. Em cumprimento a Lei Complementar 123/2.006, art. 48, inc. III, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2.014, foi destinado o percentual de até vinte e cinco por cento do quantitativo total estimado do objeto deste Pregão às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme consta do Anexo I – Memorial Descritivo.

2.1.3.1. O disposto no subitem acima não impede a participação das microempresas ou empresas de pequeno porte de participarem dos itens que serão destinados à ampla concorrência.

2.1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada ocorrerá pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

2.2. Será vedada a participação de empresas:

2.2.1. declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

2.2.2. suspensas de participar de licitações realizadas pelo Município de Hortolândia;

2.2.3. que estejam em processo de falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução;

2.2.4. empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Hortolândia; e

2.2.5. empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

3 – DO EDITAL

3.1. O Edital e seus anexos poderá ser obtido no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br (acompanhe as licitações da prefeitura) ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP., no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) por folha.

3.1.1. Este recolhimento deverá ser feito junto aos caixas do Município, através da guia de arrecadação competente.

4 – DAS INFORMAÇÕES



4.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Suprimentos do Município de Hortolândia, através do telefone (19) 3965.1400 – ramal 6917 e fax nº (19)3965.1407.

5 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no Art. 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e o artigo 9º da Lei Federal nº. 10.520/2002.

5.1.1. A Pregoeira deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

5.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste **PREGÃO**.

5.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

5.3. Os recursos administrativos serão disciplinados nos termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10520/2002, observados os procedimentos lá estabelecidos.

5.4. Os recursos e a impugnação ao edital deverão ser dirigidos à Pregoeira, com indicação do procedimento licitatório a que se refere, devendo ser protocolizado junto ao **Departamento de Suprimentos**, situado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no município de Hortolândia/SP, no horário das 08h00min às 11h30min +.e das 13h00min às 16h30min.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no ANEXO II. No caso de instrumento particular, também deverá ser apresentado o documento exigido na alínea “b”; ou,

b) cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigentes ou assemelhados, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.

6.1.1. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2. Os documentos supra referidos, poderão ser apresentados no original ou por cópia



autenticada e serão retidos para oportuna juntada aos autos do competente processo administrativo.

6.3. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A licitante que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou órgão equivalente, ou qualquer outro documento oficial, comprovando a situação de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6.5. Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, conforme artigo 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10520/2002. A ausência de tal declaração não impede que o licitante o faça de próprio punho no momento da sessão.

6.5.1. A licitante que enviar os envelopes contendo a Proposta Comercial e os documentos de habilitação por meio da Empresa Brasileira de Correios - ECT, também deverá enviar um terceiro envelope contendo a certidão do **subitem 6.4**, a declaração do **subitem 6.5** e o contrato social.

6.5.1.1. A Prefeitura de Hortolândia exime-se de toda a responsabilidade pelos envelopes enviados via ECT, em caso de extravio, devassamento, não recebimento, destinação diversa ou protocolo intempestivo.

7 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

7.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, dois envelopes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

<u>ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL</u>	<u>ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u>
Município de Hortolândia - SP Processo nº 7003/2019 Pregão nº 72/2019 Empresa: _____	Município de Hortolândia – SP Processo nº 7003/2019 Pregão nº 72/2019 Empresa: _____

7.1.1. Os envelopes deverão estar sobrescritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa, número deste **PREGÃO** e o número do processo administrativo.

7.1.2. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



7.1.3. Não caberá desistência da proposta comercial em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

7.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial, conterà a proposta comercial, que deverá ser datilografada, ou impressa, e apresentada sem alternativas, emendas, entrelinhas ou rasuras que prejudiquem sua análise, ou no próprio formulário que integra o presente edital (Anexo III). Suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) Nome do proponente, endereço, suas características, identificação (individual ou social), com o número do (C.N.P.J./M.F.) e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) O valor unitário e o valor total de cada item, expresso em algarismos, com duas casas após a vírgula;
- c) A indicação da marca e modelo dos produtos ofertados.
- d) A indicação do prazo de validade da proposta comercial, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

7.2.1. O preço apresentado deverá abranger todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (impostos, fretes, seguros, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, prêmios de seguros etc.), bem como os descontos porventura concedidos.

7.2.1.1. As participantes poderão elaborar sua Proposta Comercial conforme modelo constante do ANEXO III.

7.2.1.2. Os valores unitários sempre prevalecerão sobre os valores totais, facultando-se à Pregoeira a correção em caso de erro nas operações aritméticas que levaram ao valor total.

7.2.2. Sob pena de **desclassificação** das Propostas Comerciais, elas não poderão estar preenchidas de maneira irregular, com interpretações dúbias, apresentando rasuras, incorreções em partes essenciais.

7.2.3. As proponentes deverão fazer constar em suas propostas os dados bancários da empresa (banco, conta e agência) para crédito de pagamento, bem como todos os dados das pessoas que irão assinar o futuro contrato.

7.3. O Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação deverá conter a documentação relativa à **habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica, regularidade trabalhista, e aos demais documentos solicitados e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal,** em conformidade com o previsto a seguir:

7.3.1. Habilitação Jurídica:

7.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;



7.3.1.2. Ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial;

7.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

7.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.1.5. A empresa que apresentar os documentos acima, no ato do credenciamento, estará desobrigada de sua apresentação junto com os documentos de habilitação.

7.3.2. Regularidade Fiscal:

7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;

7.3.2.2. Prova de regularidade para com a Seguridade Social – **INSS**, juntamente com a Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou via “internet”, dentro do prazo de validade;

7.3.2.3. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – **FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, ou pela “internet”, dentro do prazo de validade;

7.3.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda do Estado, especificamente no que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)**, da sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade.

7.3.2.5. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual** de contribuintes da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

7.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.3.3.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, emitida pelo foro em que a licitante tem domicílio, expedida em data não anterior a noventa dias da abertura da sessão pública deste prego, se outro prazo não constar do documento.

7.3.3.1.1. Na hipótese da proponente estar em recuperação judicial, possibilita-se a apresentação de certidão positiva, juntamente com o Plano de Recuperação homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

7.3.4. Regularidade Trabalhista:



7.3.4.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa.

7.4. Outros Documentos:

7.4.1. Declaração assinada pelo responsável da licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do Anexo IV, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4.2. Declaração de inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante do **Anexo V**.

7.4.3. Declaração, subscrita pelo representante legal da proponente, de que apresentará, em momento oportuno, os catálogos originais, contendo figuras e especificações técnicas do equipamento a ser fornecido ou declarações do fabricante, ou quaisquer outros documentos que comprovem claramente todas as funcionalidades e características técnicas do produto solicitado, no idioma português, bem como, marca e modelo do produto.

7.4.4. Declaração, subscrita pelo representante legal da proponente, de que apresentará, em momento oportuno, a comprovação de que possui Autorização de Funcionamento, emitido pela ANVISA ou declaração de isenção.

8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

8.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada (por cartório competente ou servidor da administração) ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

8.1.1. A solicitação de autenticação de documentos deverá ser feita, preferencialmente, em até um dia antes da sessão do pregão, sendo vedada a autenticação após o início da sessão pública.

8.1.2. A sessão será iniciada no horário programado, não sendo de responsabilidade do Município a autenticação extemporânea de documentos.

8.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

8.3. Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de noventa dias, a partir da data de sua emissão.

8.4. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pela equipe de apoio do



Pregoeiro.

8.5. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

8.6. Não serão aceitos protocolos ou requerimentos.

8.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme a Lei Complementar 123/2.006, art. 48, inc. III, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2.014.

8.7.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inc. XXIII, da Lei nº 10.520/02.

8.8. As certidões deverão ser negativas ou positivas com efeitos de negativas.

9 – DOS PROCEDIMENTOS

9.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos por **Simone Cristina Antoniel**, Pregoeira, contando com equipe de apoio, segundo a legislação vigente e as fases apontadas abaixo.

9.2. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, serão realizados em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento e abertura dos envelopes “Proposta Comercial – Envelope nº 01” e “Documentação – Envelope nº 02”.

9.2.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

9.3. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública, após a entrega dos envelopes nº 01 – Proposta Comercial e nº 02 – Documentos de Habilitação.



9.4. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto à Senhora Pregoeira, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

9.5. Os documentos referentes ao credenciamento, os envelopes contendo as Propostas Comerciais e os Documentos de Habilitação das interessadas deverão ser entregues diretamente à Senhora Pregoeira, até o momento da abertura da sessão pública.

9.5.1. Os interessados que enviarem seus envelopes via postal (com AR - Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados da Senhora Pregoeira.

9.5.1.1. Caso não se faça representar durante a sessão pública, a interessada terá sua proposta acolhida, porém, não participará das rodadas de lances verbais.

9.6. Instalada a sessão pública do **PREGÃO**, proceder-se-á a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais, que serão rubricadas e analisadas pela Pregoeira e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se à Senhora Pregoeira, que procederá à classificação provisória.

9.6.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

9.6.2. As demais propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços, consoante critério de julgamento previsto abaixo.

9.6.3. Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória, conforme critério de julgamento.

9.7. A Senhora Pregoeira abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, com o escopo de obter a melhor proposta, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam classificadas, no intervalo compreendido entre o menor preço e o superior a este em até 10 % (dez por cento).

9.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no **subitem 9.7**, poderão as empresas autoras das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos.

9.8. A condução de rodadas de lances verbais começará sempre a partir do representante da licitante com proposta de **MAIOR PREÇO**, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio em caso de empate, respeitando-se as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;



9.8.1. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

9.8.2. Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se a desistente às penalidades previstas neste edital.

9.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de novos lances.

9.10. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

9.10.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

9.10.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

9.10.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, a contar da convocação da Senhora Pregoeira, sob pena de preclusão.

9.10.2.2. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **9.10.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta. Entender-se-á por equivalência de valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

9.10.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.10.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XVI, da Lei nº 10.520/2002, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **9.10.1**.

9.10.4.1. Na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem **9.10.1**., será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9.11. Declarada finda a etapa competitiva, a Senhora Pregoeira procederá à classificação definitiva das propostas, consignando-a em ata.



9.12. A Senhora Pregoeira poderá negociar com a autora da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.13. Após a negociação, se houver, a Senhora Pregoeira examinará a aceitabilidade da melhor oferta, decidindo motivadamente a respeito.

9.14. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

9.15. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá a Senhora Pregoeira e sua equipe de apoio com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

9.16. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante classificada e habilitada será declarada vencedora do certame.

9.17. Proclamada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

9.18. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento.

9.18.1. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso.

9.18.2. Julgados os recursos, será homologado o certame e adjudicado o seu objeto à licitante vencedora.

9.19. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia da Sra. Pregoeira, até a efetiva formalização da contratação.

10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O julgamento das propostas se dará pelo critério do Menor Preço Unitário ofertado, desde que atendidas as especificações e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

11 – DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

11.1. A documentação comprobatória das declarações constantes dos subitens “7.4.3” e “7.4.4” deverão ser entregues somente pela(s) licitante(s) vencedora(s), no prazo de até 05 (cinco) dias



corridos contados da sessão do pregão, no endereço Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585 – Remanso Campineiro – Hortolândia SP – CEP: 13184-472 – Setor Administrativo da Saúde (19) 3965-1400 (Ramal 8610/8612), saudecompras@hortolandia.sp.gov.br, sob pena de exclusão do certame.

11.2. O resultado da análise das documentações técnicas será divulgado no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Hortolândia, cabendo o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos administrativos, e, o mesmo prazo para as contrarrazões, que começam a contar imediatamente após o encerramento do prazo da recorrente.

12 - DOS PREÇOS, DAS COTAÇÕES E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante vencedora.

12.1.1. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.

12.1.2. Serão desclassificadas as propostas cujo preço seja incompatível com a realidade do mercado.

12.2. No exercício de 2019, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias n°s:

DOTAÇÃO CONVÊNIO	Valor Convênio
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0085.	RS 619.400,00
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0086.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0023.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0028.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0091.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0030	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0080.	

DOTAÇÃO TESOURO	Valor Convênio
------------------------	-----------------------



FICHA 565 – 02.35.04.10.3010206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0001	R\$ 91.250,00
FICHA 622 – 02.35.10.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 01-310-0000.	
FICHA 590 – 02.35.06.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0002.	

13 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. A (s) proponentes (s), quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá (ão) as respectivas Notas Fiscais/Faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

13.2. Após a efetiva entrega e conferência dos objetos, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o atesto na (s) Nota (s) Fiscal (is), encaminhando-a (s) para pagamento.

13.3. O pagamento será realizado em 10 (dez) dias fora a dezena.

13.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Saúde, sob o número de **CNPJ 13.843.145/0001-04** e deverão conter as seguintes informações: marca, modelo e descrição técnica dos itens.

13.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela em atraso.

14 – DA ENTREGA



14.1. Após a emissão das competentes notas de empenho em favor da (s) contratada (s), a Central de Abastecimento expedirá Ordem de Fornecimento estabelecendo parâmetros quanto à entrega parcial ou total dos objetos empenhados. O prazo para efetivação da entrega não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

14.2. Os equipamentos deverão ser entregues junto a Central de Abastecimento da Saúde, situada na Rua das Castanheiras, 200 Jardim São Pedro – Hortolândia / SP – Telefone: (19) 3897-2064, (19) 3897-2471, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 16:00h.

14.3. No ato da entrega, os objetos serão recebidos de forma provisória, levando-se tão somente em consideração as condições visuais, ou seja, quantidades, embalagens, volume, entre outros aspectos.

14.4. Para a expedição do termo de recebimento definitivo, o (s) responsável (is) técnico (s) e/ou profissional (is) equivalentes (s) do (s) órgão (s) analisará (ão) os produtos, fundamentando seu parecer para a expedição ou não do referido termo, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

14.5. Por ocasião da entrega, caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do Memorial Descritivo e seus anexos, a proponente vencedora deverá promover sua substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.

15 - DAS DISPOSIÇÕES DO CONTRATO

15.1. As obrigações resultantes deste **PREGÃO** constam do Contrato e demais anexos que acompanham este edital.

15.2. Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação, para que a adjudicatária assine o Contrato.

15.3. O Contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

15.4. À critério da Administração, o prazo para a assinatura do Contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária.

16 – DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. O Município de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, o futuro contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:



- a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução da proponente vencedora;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do futuro contrato, por parte da proponente vencedora;
- c) a subcontratação ou cessão do contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à proponente vencedora;
- e) descumprimento, pela proponente vencedora, das determinações da fiscalização do Município de Hortolândia;
- f) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

16.2. O Município de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "f" do subitem anterior, por mútuo acordo.

16.3. Rescindido o contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "f" do **subitem 16.1**, a proponente vencedora sujeitar-se-á a multa de 15% (quinze por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização do Município de Hortolândia, os serviços já prestados, podendo o Município de Hortolândia, segundo a gravidade do fato ou da falta, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a proponente vencedora seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com o Município de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

17 - DAS PENALIDADES

17.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Municipal nº 2.130/2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018, e demais normas pertinentes.

17.2. As licitantes, e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantido o direito de defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Hortolândia:

- a) a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar e/ou celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos e, a licitante ou



contratada será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município de Hortolândia, sem prejuízo das multas previstas na Lei Municipal nº 2.130/2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018, em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

17.2.1. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, nos percentuais indicados nos incisos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.130/2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018.

17.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

17.4. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a licitante ou contratada de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Hortolândia.

17.5. As penalidades, o procedimento de aplicação das sanções e o direito de defesa, o assentamento em registros, a sujeição a perdas e danos e outras disposições pertinentes estão disciplinados da Lei Municipal nº 2.130, de 02 de outubro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018.

17.6. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

18.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses previstas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

18.3. A proponente vencedora deverá manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação.

18.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, é facultado ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



18.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidas pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio e, sempre que possível, utilizando-se de legislação aplicável à espécie e dos princípios que norteiam o processo licitatório, como também dos princípios gerais de direito.

18.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

18.7. Os atos praticados neste pregão, após sua abertura, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

18.8. A licitante vencedora deverá apresentar junto com o Contrato, o Termo de Ciência e Notificação, conforme modelo do Anexo VII, devidamente preenchido e assinado.

19 - DOS ANEXOS

19.1. Constituem anexos

deste edital:

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO II – MODELO INST. CREDENCIAMENTO REPRESENTANTES

ANEXO III- MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

Hortolândia, 14 de agosto de 2019.

Ieda Manzano de Oliveira
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal



ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME QUADRO ABAIXO.

COTA PRINCIPAL - AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIPTIVO
1	9	Unid.	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL Configurações especificações mínimas: Com fluxo de aspiração livre de aproximadamente 60 l/min. Devendo conter frasco inquebrável, autoclavável, transparente, graduado, com boca larga e capacidade mínima de reservatório de 05 litros. Tampa do frasco com vedação hermética e autoclavável. Vacuômetro de 0 a 76 cmHg e bomba isenta de óleo. Controle de vácuo de 0 a 60 cmHg. Sistema de acionamento por interruptor no painel com possibilidade de acionamento por pedal. Gabinete resistente à corrosão com rodízios e com freio. Filtro de ar. Proteção contra extravasamento ou com limitador de nível. Alimentação 120V. Acessórios: mangueira de silicone com metragem mínima de 1,50 m. Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.
2	1	Unid.	BISTURI ELÉTRICO/ELETROCAUTÉRIO para realização de procedimentos cirúrgicos de baixa e alta complexidade, conforme características abaixo: 1) Com modo de operação monopolar e bipolar. 2) Modo monopolar, no mínimo com: a. corte puro, com potência nominal de 0 a 300 Watts, ou superior. Sendo que, para uma impedância entre 200 a 400 ohms, a potência não deve reduzir mais do que 20%; b. cortes com coagulação, com potência de 0 a 200 Watts, ou superior; c. coagulação, dissecação, com potência máxima de 120 Watts ou superior; d. coagulação fulguração média (spray ou equivalente), com potência máxima de 120 Watts ou superior; e. coagulação, fulguração baixa (soft ou equivalente), com potência máxima de 120 Watts ou superior; 3) Modo bipolar com potência nominal de 0 a 70 Watts ou superior; 4) Indicador audiovisual para cada função. 5) Controles e displays independentes para os modos monopolar e bipolar. 6) Com pedal independente para modos monopolar e bipolar. 7) Sistema de monitorização do contato do eletrodo de retorno, com avaliação de impedância de contato, com aviso audiovisual de falhas. 8) Deve possuir no mínimo 01(uma) saída bipolar e 02(duas) saídas monopolares. 9) Deve permitir o uso de placa adesiva descartável com face única e bipartida. 10) Possibilidade de funcionamento com 02(duas) canetas simultâneas em modo monopolar por meio de pedal e acionamento manual. 11) Plugues diferenciados para cada função. 12) Diferenciação por cores para corte e coagulação. 13) Com alarmes audiovisuais para: a. problema de conexão do eletrodo de retorno. b. problema de contato entre eletrodo de retorno e a pele do paciente; c. falhas eletrônicas; d. falhas em acessórios. 04 Painéis blindado a prova d'água e caixa a prova de respingos. Acompanhado de no mínimo para cada unidade: a. 01(um) pedal duplo monopolar; 01(um) pedal bipolar; 04(quatro) canetas descartáveis; 1 placa neutra com cabo, 01(um) rack



			(carro) com rodízios/travas. Tensão de alimentação elétrica para todos equipamentos descritos 127/220 V 60 Hz com seleção de tensão automática e cabo de alimentação elétrica padrão brasileiro – NBR 14136. O (s) equipamento (s) deverá (ao) possuir aterramento através do cabo de alimentação, sem alteração das características originais do equipamento ou produto; Incluir relatório de ensaio de interferência eletromagnética no momento da entrega das propostas; Fornecimento de todos os cabos, conexões, acessórios, e demais itens indispensáveis ao funcionamento solicitado; Catálogo detalhado que comprove o atendimento a todos os itens acima. Manuais técnicos e operacionais em português; Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.
3	1	Unid.	CARDIOVERSOR - equipamento medico para prover a desfibrilação e cardioversão a pacientes acometidos de taquicardias e bradicardias, além de monitorização de paciente, incluindo paradas cardiorrespiratórias, através de descargas elétricas, de modo assíncrono e modo síncrono mediante onda bifásica com modulo de desfibrilação externa automática, carga máxima regulável de no mínimo de 200 joules com função de carga e disparo através do painel e das pás de desfibrilação. Modulo DEA integrado, para orientação do usuário mediante mensagens de texto, figuras e áudio. Anula carga manualmente. A descarga do desfibrilador deve requerer a ativação simultânea de dois controles (um em cada pá), para minimizar o risco de choque acidental e indicação clara das fases: carregando e de carga completa. Prover cardioversão sincronizada. Bateria interna selada ou externa acoplada ao equipamento, recarregável, com carregador interno ou acoplado ao equipamento. Ecg: mínimo sete derivações: i, ii, iii, avr, avl, avf, e v. Controle de velocidade para o traçado de curva no mínimo em 25 mm/s. Apresentação numérica da frequência cardíaca, em display específico ou na tela do monitor. O equipamento não poderá desarmar ou desativar durante os disparos do desfibrilador e/ou cardioversor, em hipótese alguma, mesmo que momentaneamente. Frequência cardíaca: 25 a 220 bpm (faixa mínima) detecção e rejeição de marca-passo. Velocidade de impressão do sinal de ecg de no mínimo 25 mm/s. Registro de data, hora, frequência cardíaca, derivação do ecg, das ocorrências de cada disparo, com teclas destinadas a suspensão ou desligamento momentâneo destes alarmes. Arquivar, no mínimo, os últimos 20 eventos com data e hora. Arquivar no mínimo 13 minutos de dados. Sistemas e dispositivos de controle eletrônico micro controlado com controle de energia (joules) a ser entregue nas pás. Sistema e dispositivos de alarme de baixa carga da bateria. Indicação da situação da bateria e no mínimo para: eletrodo solto, fibrilação, taquicardia e bradicardia ajustáveis (quando aplicável). Sistemas de apresentação de dados display digital em cristal líquido ou eletroluminescente, no mínimo 5(cinco) polegadas, com teclas numeradas e rotuladas. Com pás pediátricas, sensibilidade de 1joule. Acessórios 01 (um) par completo de pás externas tamanho adulto e 01 (um) par completo de pás externas tamanho infantil ou 01 (um) par de pás de desfibrilação adulto com infantil embutido 01 (um) cabo de ecg de 5 vias para uso adulto (cabo tronco mais rabichos)02 (dois) cabos - paciente protegido contra interferências com 05 vias. 01 (um) cabo tronco para oximetria, 01(um) cabo de alimentação padrão ABNT, 3 pinos 01 (um) sensor permanente tipo clip para paciente adulto. 01 cabos tronco para oximetria, 01 (um) sensor permanente tipo clip para paciente pediátrico 01 (um) mangueira de conexão de pni com manguito tamanho adulto, 05 (cinco) rolos de papel termos sensíveis para ecg 20



			(vinte) eletrodos descartáveis para utilização do DEA, sendo 16 adultos e 04 infantil. 05 (vinte) rolos ou caixas de papel para registro. Alimentação bivolt. Frequência de alimentação: 60 HZ. Marca/Fabricante:
4	8	Unid.	<p>DEA-DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, desfibrilador externo automático capaz de analisar a presença do ritmo onde o choque é recomendado: fibrilação ventricular (fv) sem pulso e taquicardia ventricular sem pulso, disponibilizando a descarga de choque elétrico, quando pressionado o botão de choque, através de pás adesivas, conforme os protocolos de atendimento internacionalmente vigentes. Caso o choque não seja indicado, o equipamento deve auxiliar, por comando de voz, o usuário a aplicar manobras de rcp. O equipamento deve permitir a operação em vítimas adultas e crianças. Suas dimensões máximas devem ser compatíveis com a característica de portabilidade do aparelho, com peso máximo de 3,2 kg com a bateria inserida no equipamento. Deve ser construído em material altamente resistente a vibrações, calor, vedação a umidade, poeira, secreções, água; resistência a queda de altura mínima de 01 (um) metro. Deverá possuir proteção contra a entrada de líquidos igual ou superior a ip55.deverá operar com tecnologia de onda bifásica, reconhecendo e identificando por meio de software a necessidade de desfibrilação. Neste caso, deve efetuar a carga de forma automática, ajustando a forma de onda de choque de forma a respeitar as características individuais dos pacientes, sendo o choque requerido para adulto, no mínimo de 100 joules e para crianças, no mínimo de 50 joules. Desencadear a desfibrilação externa automática com orientação de operação por comando de voz e sinais visuais e/ou sonoros, tudo em língua portuguesa (brasil). Escala de seleção de energia até 200 j utilizando pás autoadesivas adulto e infantil. Deverá permitir registro em memória de ecg contínuo e eventos. Permitir atualização do equipamento a cada alteração de protocolo da american heart association, sem custo para a pmsp. Deverá permitir o armazenamento de dados no equipamento e vir acompanhado de acessório e software para a leitura e transferência de dados, visualização e impressão através de microcomputador, sem a necessidade de remover o DEA de operação. O equipamento deverá possuir visor de cristal líquido ou compatível para visualizar mensagens de texto, contador de choques, tempo de atendimento e traçado de ecg. O equipamento deverá funcionar com alimentação através de baterias que permitam no mínimo de 140 choques na potência máxima. Deverá possuir conexões com o paciente eletricamente isoladas (proteção elétrica). Deverá ser disponibilizado pela contratada o aparelho DEA com bateria, bem como 3 jogos de pás e todos os demais acessórios necessários para a perfeita operação do equipamento bateria, bem como 3 jogos de pás e todos os demais acessórios necessários para a perfeita operação do equipamento. Acessórios que devem acompanhar o equipamento: 01 baterias com capacidade para no mínimo de 140 choques homologada pelo fabricante; 01 bolsas com alça para acondicionamento do DEA e dos acessórios, resistente e lavável; 01 manuais do equipamento para o usuário; 02 pares de eletrodos autoadesivos para adulto, 01 pares de eletrodos autoadesivos infantil com desenho do correto posicionamento no paciente.</p>
5	43	Unid.	DETECTOR FETAL MODELO DE MESA - Detector de batimento fetal de mesa, para ausculta de batimento fetal, por método ultrassom, de alta sensibilidade



			<p>para ausculta coletiva, possibilitando Ausculta de batimentos cardíacos fetal entre 10° e 12° semana. Frequência sugerida de 2,0 a 2,25 MHz. Ciclagem sugerida de 6.000 a 60.000. Gabinete confeccionado em material de alto impacto que permita facilidade de limpeza e higienização dando deste modo a segurança necessária para o médico e paciente. Alojamento do transdutor, fixado na lateral do gabinete. Botão liga / desliga com regulagem de volume e botão com regulagem de tonalidade. Alimentação elétrica em 110 volts. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. O equipamento deverá vir acompanhado de frasco de gel de contato, fone de ouvido bi auricular para ausculta individual e Filtro minimizador de interferência durante a utilização. Dimensões aproximadas: 95 x 200 x 210 mm. Faixa de medida BCF 50 a 210 batidas por minuto. Peso líquido sugerido 1,1 Kg. Display numérico digital e carregador de bateria. Bateria 12 v x 1,3 AH recarregável. Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.</p>
6	2	Unid.	<p>ELETROCARDIOGRAMA – Características Gerais mínimas: Aquisição de 12 derivações (I, II, III, AVR, AVL, AVF, V1, V2, V3, V4, V5, V6) simultaneamente através do cabo 10 vias; Sistema de impressão das 12 derivações (V1, V2, V3, V4, V5, V6, AVR, AVL, AVF, I, II e I) em papel comum milimetrado A4 /Carta ou papel termo sensível em tamanho A4 / Carta, através do próprio aparelho; Com possibilidade de funcionamento em modos Ritmo, Manual e Automático; Faixa de frequência cardíaca: 30 a 300bpm. Proteção contra descarga de desfibrilador; Memória no próprio equipamento sem a necessidade de conexão com equipamentos externos (impressoras, PC, etc.); Memória de no mínimo 100 exames armazenados. Tela colorida de no mínimo 4,3” para visualização de exames e/ou configuração do equipamento; Possibilidade de exportar exames através formato digital; Operação através de teclado sensível tipo touchscren. Comunicação através da conexão TCP/IP, pela rede ethernet, para integração com HIS (sistema Hospitalar). Características Elétricas: 110 a 240 VAC (Automático); 50 a 60 Hz; 50 a 120 VA. Acessórios: 1(um) Cabo 10 vias; 6(seis) peras de sucção; 4(quatro) Braçadeiras membros; 1(um) Cabo força. Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.</p>
7	3	Unid.	<p>MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA CENTRO CIRÚRGICO, ECG, para beira de leito, transportável, com bateria interna, compatível com qualquer tamanho, peso e idade de paciente, tela em lcd a cores, dimensão diagonal mínima de 10,4”, sistema de alarmes com no mínimo 3 prioridades, armazenamento de pelo menos 24h de tendências gráficas, possibilidade de conexão a uma rede hospitalar tcp/ip, possuir bateria interna incorporada com no mínimo 60 minutos de autonomia, recarregável no próprio monitor. O monitor não poderá ter sua fonte de alimentação externa ao mesmo. Deverá ser capaz de monitorar pacientes neonatos, pediátricos e adultos sem requisitar adição de software. Durante o transporte deverá suportar toda monitoração de todos os parâmetros que estiverem sendo monitorados a beira leito, configuração de tela e alarmes, deverá ser mantida independentemente da localização do monitor. Características dos parâmetros incorporados: ecg: com opção para no mínimo 7 derivações. Alarmes limites máximos e mínimos selecionáveis pelo usuário, detecção automática de</p>



			<p>marca passo. Acompanha um cabo e ecg de 5 vias. Frequência respiratória: curva de respiração por impedância, alarmes: limites máximos e mínimos de frequência respiratórias selecionáveis pelo usuário. Oxímetria de pulso: visualização da curva de saturação arterial de o2 e frequência de pulso vistas pelo monitor, faixa de medida entre 1- 100%. Alarmes limites máximos e mínimos de spo2 e pulso. Pressão não invasiva: pressão sistólica, diastólica e média, método de medida oscilométrico, neonatos a adultos. Pelo menos um canal de temperatura com dois sensores de pele. Acessórios: deve acompanhar um cabo extensor, e dois sensores de spo2 adultos e de temperatura. Duas braçadeiras com mangueiras tamanho adulto normal para medida de pressão não-invasiva. Deve acompanhar: manual do usuário, manual de serviço. Possuir registro na ANVISA.</p>
8	9	Unid.	<p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO - para beira de leito, transportável, com bateria interna, compatível com qualquer tamanho, peso e idade de paciente, tela em lcd a cores, dimensão diagonal mínima de 10,4", sistema de alarmes com no mínimo 3 prioridades, armazenamento de pelo menos 24h de tendências gráficas, possibilidade de conexão a uma rede hospitalar tcp/ip, possuir bateria interna incorporada com no mínimo 60 minutos de autonomia, recarregável no próprio monitor. O monitor não poderá ter sua fonte de alimentação externa ao mesmo. Deverá ser capaz de monitorar pacientes neonatos, pediátricos e adultos sem requisitar adição de software. Durante o transporte deverá suportar toda monitoração de todos os parâmetros que estiverem sendo monitorados a beira leito, configuração de tela e alarmes, deverá ser mantida independentemente da localização do monitor. Características dos parâmetros incorporados: ecg: com opção para no mínimo 7 derivações. Alarmes limites máximos e mínimos selecionáveis pelo usuário, detecção automática de marca passo. Acompanha um cabo e ecg de 5 vias. Frequência respiratória: curva de respiração por impedância, alarmes: limites máximos e mínimos de frequência respiratórias selecionáveis pelo usuário. Oxímetria de pulso: visualização da curva de saturação arterial de o2 e frequência de pulso vistas pelo monitor, faixa de medida entre 1- 100%. Alarmes limites máximos e mínimos de spo2 e pulso. Pressão não invasiva: pressão sistólica, diastólica e média, método de medida oscilométrico, neonatos a adultos. Pelo menos um canal de temperatura com dois sensores de pele. Acessórios: deve acompanhar um cabo extensor, e dois sensores de spo2 adultos e de temperatura. Duas braçadeiras com mangueiras tamanho adulto normal para medida de pressão não-invasiva. Deve acompanhar: manual do usuário, manual de serviço. Possuir registro na ANVISA.</p>

COTA RESERVADA PARA ME/EPP

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIPTIVO
1	3	Unid.	<p>ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL Configurações especificações mínimas: Com fluxo de aspiração livre de aproximadamente 60 l/min. Devendo conter frasco inquebrável, autoclavável, transparente, graduado, com boca larga e capacidade mínima de reservatório de 05 litros. Tampa do frasco com vedação hermética e autoclavável. Vacuômetro de 0 a 76 cmHg e bomba isenta de óleo. Controle de vácuo de 0 a 60 cmHg. Sistema de acionamento por interruptor no painel com possibilidade de acionamento por pedal. Gabinete</p>



			resistente à corrosão com rodízios e com freio. Filtro de ar. Proteção contra extravasamento ou com limitador de nível. Alimentação 120V. Acessórios: mangueira de silicone com metragem mínima de 1,50 m. Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.
2	2	Unid.	DEA-DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO , desfibrilador externo automático capaz de analisar a presença do ritmo onde o choque é recomendado: fibrilação ventricular (fv) sem pulso e taquicardia ventricular sem pulso, disponibilizando a descarga de choque elétrico, quando pressionado o botão de choque, através de pás adesivas, conforme os protocolos de atendimento internacionalmente vigentes. Caso o choque não seja indicado, o equipamento deve auxiliar, por comando de voz, o usuário a aplicar manobras de rcp. O equipamento deve permitir a operação em vítimas adultas e crianças. Suas dimensões máximas devem ser compatíveis com a característica de portabilidade do aparelho, com peso máximo de 3,2 kg com a bateria inserida no equipamento. Deve ser construído em material altamente resistente a vibrações, calor, vedação a umidade, poeira, secreções, água; resistência a queda de altura mínima de 01 (um) metro. Deverá possuir proteção contra a entrada de líquidos igual ou superior a ip55.deverá operar com tecnologia de onda bifásica, reconhecendo e identificando por meio de software a necessidade de desfibrilação. Neste caso, deve efetuar a carga de forma automática, ajustando a forma de onda de choque de forma a respeitar as características individuais dos pacientes, sendo o choque requerido para adulto, no mínimo de 100 joules e para crianças, no mínimo de 50 joules. Desencadear a desfibrilação externa automática com orientação de operação por comando de voz e sinais visuais e/ou sonoros, tudo em língua portuguesa (brasil). Escala de seleção de energia até 200 j utilizando pás autoadesivas adulto e infantil. Deverá permitir registro em memória de ecg contínuo e eventos. Permitir atualização do equipamento a cada alteração de protocolo da american heart association, sem custo para a pmsp. Deverá permitir o armazenamento de dados no equipamento e vir acompanhado de acessório e software para a leitura e transferência de dados, visualização e impressão através de microcomputador, sem a necessidade de remover o DEA de operação. O equipamento deverá possuir visor de cristal líquido ou compatível para visualizar mensagens de texto, contador de choques, tempo de atendimento e traçado de ecg. O equipamento deverá funcionar com alimentação através de baterias que permitam no mínimo de 140 choques na potência máxima. Deverá possuir conexões com o paciente eletricamente isoladas (proteção elétrica). Deverá ser disponibilizado pela contratada o aparelho DEA com bateria, bem como 3 jogos de pás e todos os demais acessórios necessários para a perfeita operação do equipamento bateria, bem como 3 jogos de pás e todos os demais acessórios necessários para a perfeita operação do equipamento. Acessórios que devem acompanhar o equipamento: 01 baterias com capacidade para no mínimo de 140 choques homologada pelo fabricante; 01 bolsas com alça para acondicionamento do dea e dos acessórios, resistente e lavável; 01 manuais do equipamento para o usuário; 02 pares de eletrodos autoadesivos para adulto, 01 pares de eletrodos autoadesivos infantil com desenho do correto posicionamento no paciente.
3	14	Unid.	DETECTOR FETAL MODELO DE MESA - Detector de batimento fetal de mesa, para ausculta de batimento fetal, por método ultrassom, de alta sensibilidade para ausculta coletiva, possibilitando Ausculta de batimentos cardíacos fetal entre



			<p>10° e 12° semana. Frequência sugerida de 2,0 a 2,25 MHz. Ciclagem sugerida de 6.000 a 60.000. Gabinete confeccionado em material de alto impacto que permita facilidade de limpeza e higienização dando deste modo a segurança necessária para o médico e paciente. Alojamento do transdutor, fixado na lateral do gabinete. Botão liga / desliga com regulagem de volume e botão com regulagem de tonalidade. Alimentação elétrica em 110 volts. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. O equipamento deverá vir acompanhado de frasco de gel de contato, fone de ouvido bi auricular para ausculta individual e Filtro minimizador de interferência durante a utilização. Dimensões aproximadas: 95 x 200 x 210 mm. Faixa de medida BCF 50 a 210 batidas por minuto. Peso líquido sugerido 1,1 Kg. Display numérico digital e carregador de bateria. Bateria 12 v x 1,3 AH recarregável. Registro do equipamento ou cadastro de isenção do mesmo junto a ANVISA.</p>
4	1	Unid.	<p>MONITOR MULTIPARÂMETROS PARA CENTRO CIRÚRGICO, para beira de leito, transportável, com bateria interna, compatível com qualquer tamanho, peso e idade de paciente, tela em lcd a cores, dimensão diagonal mínima de 10,4”, sistema de alarmes com no mínimo 3 prioridades, armazenamento de pelo menos 24h de tendências gráficas, possibilidade de conexão a uma rede hospitalar tcp/ip, possuir bateria interna incorporada com no mínimo 60 minutos de autonomia, recarregável no próprio monitor. O monitor não poderá ter sua fonte de alimentação externa ao mesmo. Deverá ser capaz de monitorar pacientes neonatos, pediátricos e adultos sem requisitar adição de software. Durante o transporte deverá suportar toda monitoração de todos os parâmetros que estiverem sendo monitorados a beira leito, configuração de tela e alarmes, deverá ser mantida independentemente da localização do monitor. Características dos parâmetros incorporados: ecg: com opção para no mínimo 7 derivações. Alarmes limites máximos e mínimos selecionáveis pelo usuário, detecção automática de marca passo. Acompanha um cabo e ecg de 5 vias. Frequência respiratória: curva de respiração por impedância, alarmes: limites máximos e mínimos de frequência respiratórias selecionáveis pelo usuário. Oximetria de pulso: visualização da curva de saturação arterial de o2 e frequência de pulso vistas pelo monitor, faixa de medida entre 1- 100%. Alarmes limites máximos e mínimos de spo2 e pulso. Pressão não invasiva: pressão sistólica, diastólica e média, método de medida oscilométrico, neonatos a adultos. Pelo menos um canal de temperatura com dois sensores de pele. Acessórios: deve acompanhar um cabo extensor, e dois sensores de spo2 adultos e de temperatura. Duas braçadeiras com mangueiras tamanho adulto normal para medida de pressão não-invasiva. Deve acompanhar: manual do usuário, manual de serviço. Possuir registro na ANVISA.</p>
5	3	Unid.	<p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO - para beira de leito, transportável, com bateria interna, compatível com qualquer tamanho, peso e idade de paciente, tela em lcd a cores, dimensão diagonal mínima de 10,4”, sistema de alarmes com no mínimo 3 prioridades, armazenamento de pelo menos 24h de tendências gráficas, possibilidade de conexão a uma rede hospitalar tcp/ip, possuir bateria interna incorporada com no mínimo 60 minutos de autonomia, recarregável no próprio monitor. O monitor não poderá ter sua fonte de alimentação externa ao mesmo. Deverá ser capaz de monitorar pacientes neonatos, pediátricos e adultos sem requisitar adição de software. Durante o transporte deverá suportar toda</p>



			monitoração de todos os parâmetros que estiverem sendo monitorados a beira leito, configuração de tela e alarmes, deverá ser mantida independentemente da localização do monitor. Características dos parâmetros incorporados: ecg: com opção para no mínimo 7 derivações. Alarmes limites máximos e mínimos selecionáveis pelo usuário, detecção automática de marca passo. Acompanha um cabo e ecg de 5 vias. Frequência respiratória: curva de respiração por impedância, alarmes: limites máximos e mínimos de frequência respiratórias selecionáveis pelo usuário. Oxímetria de pulso: visualização da curva de saturação arterial de o2 e frequência de pulso vistas pelo monitor, faixa de medida entre 1- 100%. Alarmes limites máximos e mínimos de spo2 e pulso. Pressão não invasiva: pressão sistólica, diastólica e média, método de medida oscilométrico, neonatos a adultos. Pelo menos um canal de temperatura com dois sensores de pele. Acessórios: deve acompanhar um cabo extensor, e dois sensores de spo2 adultos e de temperatura. Duas braçadeiras com mangueiras tamanho adulto normal para medida de pressão não-invasiva. Deve acompanhar: manual do usuário, manual de serviço. Possuir registro na ANVISA.
--	--	--	---

2 – JUSTIFICATIVA:

A rede de saúde do município é formada por 32 unidades de saúde, as quais demandam mobiliário e equipamentos adequados para a assistência em saúde. O presente processo visa a **aquisição de itens presentes em diversos convênios**, cujos recursos encontram-se disponíveis ao município há longo período o que exige que sejam executados. Ademais, é comum o recebimento de recursos da União e do Estado para apoio financeiro às aquisições e renovação dos móveis e equipamentos das unidades.

Os itens possuem especificação em harmonia com as exigências de natureza técnica, com as características dos equipamentos existentes comercialmente no mercado, sendo considerada a importância de determinadas características técnicas para o uso do equipamento, visando o atendimento de qualidade e segurança dos serviços prestados à população. Importante registrar que tanto o Ministério da Saúde como a Secretaria de Saúde do estado possuem listas padronizadas de móveis e equipamentos, permitindo trabalhar com itens comuns aos que são autorizados nos referidos convênios.

Em virtude da crescente demanda por cuidado, em especial, para a realização de diagnósticos e cuidado integral, os equipamentos de saúde necessitam modernizar constantemente seu parque tecnológico e de equipamentos para apoio diagnóstico. Ainda, torna-se premente a busca de novas tecnologias em saúde que acompanhem o desenvolvimento e avanços da medicina e da ciência, tanto para aperfeiçoamento da capacidade de apoio diagnóstico como para o desenvolvimento de pesquisas.

A qualificação das equipes permitirá a empresa desempenhar as atividades técnicas para diagnóstico dos principais e mais comuns problemas de funcionamento destes equipamentos, bem como solucionar problemas in loco com sua própria equipe, o que poderá desonerar os contratos de manutenção, reduzir o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e aumentar a oferta de serviços especializados de saúde à população. Além disso, com este tipo de treinamento,



a capacidade de fiscalização de serviços de manutenção e demais intervenções técnicas nesse tipo de equipamento torna-se mais qualificada e acurada.

Estes equipamentos médico hospitalares são essenciais para o diagnóstico, tratamento, prevenção e reabilitação da saúde, viabilizando a oferta de serviços de qualidade à vida do usuário, atentando às exigências da ANVISA no que diz respeito à qualidade e segurança.

Portanto esta Secretaria tem como responsabilidade garantir através deste processo, que os equipamentos médico-hospitalares adquiridos:

- a) Sejam adequados ao uso pretendido.
- b) Sejam compreendidos por seus operadores.
- c) Estejam em condições seguras de uso.
- d) Atendam a normas e regulamentos técnicos que dispõem sobre segurança, desempenho, instalação e uso destes equipamentos.

3 - DOS PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO:

Após a emissão das competentes notas de empenho em favor da (s) detentora (s), a Central de Abastecimento expedirá Ordem de Fornecimento estabelecendo parâmetros quanto à entrega parcial ou total dos objetos empenhados. O prazo para efetivação da entrega não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

Os equipamentos deverão ser entregues junto a Central de Abastecimento da Saúde, situada na Rua das Castanheiras, 200 Jardim São Pedro – Hortolândia / SP – Telefone: (19) 3897-2064, (19) 3897-2471, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 16:00h.

No ato das entregas, os objetos serão recebidos de forma provisória, levando-se tão somente em consideração as condições visuais, ou seja, quantidades, embalagens, volume, entre outros aspectos.

Para a expedição do termo de recebimento definitivo, o (s) responsável (is) técnico (s) e/ou profissional (is) equivalentes (s) do (s) órgão (s) analisará (ão) os produtos, fundamentando seu parecer para a expedição ou não do referido termo, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Por ocasião das entregas, caso os produtos fornecidos não correspondam às especificações do Memorial Descritivo e seus anexos, a proponente vencedora deverá promover sua substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação escrita da Administração, não gerando qualquer ônus para a Municipalidade, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor e/ou fabricante pela qualidade e garantia do produto.



4 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

A empresa contratada se obrigará:

- a) Fornecer os **Objetos** conforme descrição deste Memorial Descritivo com garantia mínima de 12 (doze) meses.
- b) Cumprir o prazo de entrega
- c) Apresentar Nota Fiscal/Fatura de acordo com a Nota de Empenho;
- d) Promover a correção da Nota Fiscal/Fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- e) Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos materiais até o local de entrega, bem como a descarga.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A (s) proponentes (s), quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá (ão) as respectivas Notas Fiscais/Faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

Após a efetiva entrega e conferência dos objetos, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o atesto na (s) Nota (s) Fiscal (is), encaminhando-a (s) para pagamento.

O pagamento deverá ser realizado **10 dias fora a dezena.**

6 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

07 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os valores dos equipamentos estão estimados em R\$ 619.400,00, conforme apurados na pesquisa de preço anexa. As aquisições vão onerar as dotações abaixo, havendo necessidade de contrapartida do Município de R\$ 91.250,00.

DOTAÇÃO CONVÊNIO	Valor Convênio
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0085.	R\$ 619.400,00
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0086.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0023.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0028.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0091.	



FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0030	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0080.	

DOTAÇÃO TESOURO	Valor Convênio
FICHA 565 – 02.35.04.10.3010206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0001	R\$ 91.250,00
FICHA 622 – 02.35.10.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 01-310-0000.	
FICHA 590 – 02.35.06.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0002.	

8 – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

Todas as licitantes deverão apresentar:

8.1 Catálogos originais, contendo figuras e especificações técnicas do equipamento a ser fornecido ou declarações do fabricante, ou quaisquer outros documentos que comprovem claramente todas as funcionalidades e características técnicas do produto solicitado, no idioma português, bem como, marca e modelo do produto cotado em conformidade com as especificações constantes no Edital;

8.2 Declaração de que apresentará, em momento oportuno, comprovação de que possui Autorização de funcionamento emitido pela ANVISA ou declaração de isenção.

8.3 Os documentos comprobatórios das declarações dos subitens “8.1” até “8.2” deverão ser apresentados apenas pelas licitantes vencedoras, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sessão do pregão, no endereço Rua José Claudio Alves dos Santos, Nº 585 – Remanso Campineiro - Hortolândia SP - CEP: 13184-472 - Setor de Administrativo da Saúde (19) 3965-1400 (Ramal 8610/8612), saudecompras@hortolandia.sp.gov.br sob pena de exclusão do certame.

9 – ORDENADOR DE DESPESAS

O Ordenador de despesa será Secretaria de Saúde.

10 - NOTA FISCAL:

A nota fiscal deverá ser faturada em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 13.843.145/0001-04** deverá constar na N.F as seguintes informações:

Marca;

Modelo;

Descrição Técnica dos itens.

Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - Departamento de Suprimentos
Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585 | Remanso Campineiro | Hortolândia-SP | CEP: 13.184-472
Tel.: 19 3965-1400 | e-mail: cadastro@hortolandia.sp.gov.br | www.hortolandia.sp.gov.br



A conferência dos produtos e o ateste de compatibilidade ao solicitado com o ofertado é de responsabilidade do servidor que recebeu o equipamento.

Caso haja dificuldade na análise, pedimos que seja dado recebimento provisório do produto e após análise minuciosa, estando de acordo, seja ofertado o recebimento definitivo do mesmo.

11 – CONSÓRCIO

Acerca da permissão ou vedação das empresas reunidas em consórcio justificamos que:

Por se tratar de compra de baixa complexidade e de pequeno vulto, nesta aquisição será vedada a formação de consórcio.

12 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Os faturamentos das notas deverão ser efetuados para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – CNPJ Nº. 13.843.145/0001-04.

10.2 Os objetos descritos neste Memorial Descritivo não conduzem às marca e/ou fornecedores, portanto as definições dos equipamentos hospitalares são precisas, suficientes e claras, de modo que não são definições excessivas, irrelevantes, subjetivas ou desnecessárias e não limitam a competição.

10.3 Certificamos que foi assegurada a cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte observando o percentual de até 25% em respeito ao artigo 48, inciso III, da Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.4 Declaramos que o gestor, suplente de gestor e fiscal do contrato de aquisição serão nomeados através de portaria.

10.5 A garantia de todos os equipamentos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contado da data de recebimento definitivo, entendendo-se por aceitação a etapa que se sucede a entrega do equipamentos e que se caracteriza pela realização dos testes preconizados nos manuais de operação e de serviço, comprovando que o equipamento está operando dentro de suas condições de normalidade, e de acordo com termo de garantia do fabricante, contra defeitos de fabricação e defeitos dos componentes utilizados no produto/equipamento, já computados os prazos previstos no artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor.

MARY GUIOMAR ROCHA
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE
DIRETORA

ODETE CARMEN GIALDI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



ANEXO II

INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES (MODELO)

Ref. Pregão nº. 72/2019

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº ____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, através de seu representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do **PREGÃO Nº 72/2019**, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital de nº 105/2019.

(local, data)

(nome completo, qualificação pessoal, qualificação profissional, cargo ou função e assinatura do representante legal)



ANEXO III

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA (MODELO)

Hortolândia, ____ de _____ de 2019.

Apresentamos nossa proposta referente à Licitação Pregão Presencial nº 72/2019, cujo objeto é o Pregão Presencial para a “aquisição de equipamentos médicos hospitalares para unidades de saúde do município”.

COTA PRINCIPAL - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Descrição	Quant.	Un	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total

COTA RESERVADA PARA ME/EPP						
Item	Descrição	Quant.	Un	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

CNPJ: _____ INSC. ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____ FONE: _____

EMAIL: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias. (mínimo 60 dias)

DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE

Banco: _____ Nome da Agência: _____

Número da Agência: _____ Número da Conta – Corrente: _____

ASSINATURA: _____



ANEXO IV

DECLARAÇÃO (MODELO)

Ref. Pregão Presencial nº 72/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Outubro de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local e data)

(representante legal)

(Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS (MODELO)

Ref. Pregão nº 72/2019

Processo Administrativo nº 7003/2019

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº _____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos que impeçam a sua habilitação na presente licitação e que a empresa está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local e data)

(representante legal)



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° ___/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°: 7003/2019

PREGÃO PRESENCIAL n°: 72/2019

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, n° 585, Bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° 67.995.027/0001-32, e, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua José Cláudio Alves dos Santos, n° 585, Remanso Campineiro, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° 13.843.145/0001-04, ambos representados pelo(a) Secretário(a) Municipal _____, (nacionalidade), (estado civil), portador da Cédula de Identidade n° _____, inscrito junto ao CPF/MF sob o n° _____, doravante denominados **CONTRATANTES**, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Avenida / Rua _____, Bairro _____, no Município de _____, Estado de _____, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – (CNPJ/MF) sob o n° _____, com Inscrição Estadual registrada sob n° _____, neste ato representado por seu Diretor / Sócio Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (qualificação profissional), portador da Cédula de Identidade (R.G.) n° _____, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – (CPF/MF) sob n° _____, doravante denominado Ministério da Fazenda – (CPF/MF) sob n° _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente instrumento contratual, na melhor forma de direito, pelas cláusulas e condições abaixo relacionadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

1.1. O presente Contrato Administrativo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pela legislação posterior pertinente, e subsidiariamente pelo Decreto Municipal n° 1.423, de 09 de setembro de 2.005 e a Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se supletivamente as disposições de direito privado, bem como as disposições contidas no Processo Administrativo protocolado sob n° **7003/2019**, originário do Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de Pregão Presencial n° **72/2019**, seus Anexos, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento



contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Constitui-se como objeto deste contrato a “**aquisição de equipamentos médicos hospitalares para unidades de saúde do município, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo**”.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. No exercício de 2019, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias n^{os}:

DOTAÇÃO CONVÊNIO	Valor Convênio
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0085.	R\$ 619.400,00
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0086.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0023.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0028.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0091.	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0030	
FICHA 609 – 02.35.08.10.3010206.1400.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0080.	

DOTAÇÃO TESOURO	Valor Convênio
FICHA 565 – 02.35.04.10.3010206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0001	R\$ 91.250,00
FICHA 622 – 02.35.10.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 01-310-0000.	
FICHA 590 – 02.35.06.10.3020206.2050.4.4.90.52.00 – DR 05-300-0002.	

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA - DOS PREÇOS



5.1. O valor total do presente **CONTRATO** é de R\$ _____ (_____), considerando os valores unitários descritos abaixo:

COTA PRINCIPAL - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Descrição	Quant.	Un	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total

COTA RESERVADA PARA ME/EPP						
Item	Descrição	Quant.	Un	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total

5.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), bem como o valor do frete até o local da entrega e demais custos diretos e indiretos relacionados ao objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A (s) proponentes (s), quando do cumprimento às Ordens de Fornecimento, emitirá (ão) as respectivas Notas Fiscais/Faturas, discriminando as quantidades e produtos fornecidos.

6.2. Após a efetiva entrega e conferência dos objetos, o (s) profissional (is) responsável (is) promoverá (ão) o atesto na (s) Nota (s) Fiscal (is), encaminhando-a (s) para pagamento.

6.3. O pagamento será realizado em 10 (dez) dias fora a dezena.

6.4. As notas fiscais/fatura deverão ser emitidas para o Fundo Municipal de Saúde, sob o número de CNPJ 13.843.145/0001-04 e deverão conter as seguintes informações: marca, modelo e descrição técnica dos itens.

6.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$



EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originalmente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado seguindo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N= Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP= Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Não haverá reajuste de preços, por força da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a)** Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;
- b)** Solicitar, através do órgão requisitante ou do Gestor deste Contrato, o fornecimento do objeto contratado nos termos das disposições constantes no Edital Licitatório e seus Anexos, especialmente, em seu Memorial Descritivo;
- c)** Prestar todos os esclarecimentos necessários à execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Fornecer o objeto contratado, no prazo e condições estipuladas no Anexo I – Memorial Descritivo.

9.2. Apresentar Nota Fiscal/Fatura de acordo com a Nota de Empenho.

9.3. Promover a correção da Nota Fiscal/Fatura que não for aprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

9.4. Arcar com todos os custos decorrentes do transporte dos materiais até o local de entrega, bem como a descarga.

9.5. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas na licitação.

9.6. Demais obrigações das partes constam da legislação, do edital e do Memorial Descritivo – ANEXO – I.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Municipal nº. 2.130/08, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018, e demais normas pertinentes.

10.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantido o direito de defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Hortolândia:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município de Hortolândia, sem prejuízo das multas previstas na Lei Municipal nº 2.130/2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018, em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, nos percentuais indicados nos incisos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.130/2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018.

10.4. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente.

10.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente a sua aplicação não exime a licitante e/ou contratada de reparar os eventuais prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Município de Hortolândia.



10.6. As penalidades, o procedimento de aplicação das sanções e o direito de defesa, o assentamento em registros, a sujeição a perdas e danos e outras disposições pertinentes estão disciplinados da Lei Municipal nº 2.130, de 02 de outubro de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.566/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A Prefeitura Municipal de Hortolândia reserva-se no direito de rescindir de pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

a) falência, recuperação judicial (caso não seja apresentado plano de recuperação homologado pelo juízo competente, apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira) ou extrajudicial ou dissolução da **CONTRATADA**;

b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição do contrato, por parte da **CONTRATADA**;

c) a subcontratação ou cessão do contrato;

d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à **CONTRATADA**;

e) descumprimento, pela **CONTRATADA**, das determinações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia;

f) outros, conforme previsto no art. 78 da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

11.2. A Prefeitura Municipal de Hortolândia poderá, também, rescindir o contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "f" do subitem anterior, por mútuo acordo.

11.3. Rescindido o futuro contrato, por qualquer um dos motivos citados nas letras "a" a "f" do primeiro subitem deste capítulo, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á a multa no percentual de 15% (quinze por cento) calculado sobre a parte inadimplente, respondendo, ainda, por perdas e danos decorrentes da rescisão contratual. Neste caso, serão avaliados e pagos, de acordo com a fiscalização da Prefeitura Municipal de Hortolândia, **os serviços já prestados e/ou produtos já entregues**, podendo a Prefeitura Municipal de Hortolândia, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo, a fim de se apurar as respectivas responsabilidades. Caso a **CONTRATADA** seja considerada inidônea, poderá ser suspensa para transacionar com a Prefeitura Municipal de Hortolândia, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Hortolândia, para dirimir quaisquer dúvidas não resolvidas administrativamente, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes de pleno acordo firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias, para que o mesmo produza todos os devidos e efeitos legais.

Hortolândia, ____ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA



ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____



Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



AVISO

O Município de Hortolândia torna público aos interessados, o Pregão Presencial nº 72/2019, Edital nº 105/2019, Processo Administrativo nº 7003/2019, cujo objeto consiste na **“aquisição de equipamentos médicos hospitalares para unidades de saúde do município, conforme especificações contidas no ANEXO I – Memorial Descritivo”**.

Abertura: 15/08/2019

Data da Sessão: 27/08/2019

Horário: 13h30min

O Edital e seus anexos poderá ser obtido no sítio eletrônico oficial da Prefeitura: www.hortolandia.sp.gov.br (acompanhe as licitações da prefeitura) ou junto ao Departamento de Suprimentos, Setor de Cadastro da Prefeitura de Hortolândia, localizado na Rua José Cláudio Alves dos Santos, nº 585, bairro Remanso Campineiro, no Município de Hortolândia – SP, no horário das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, mediante o recolhimento aos cofres públicos da importância de R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de real) por folha.

Hortolândia, 14 de agosto de 2019.

Ieda Manzano de Oliveira
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoal